

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS - Questões de 1 a 45

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque a letra correspondente na Folha de Respostas.

— CONHECIMENTOS GERAIS — Questões de 1 a 25 —

LÍNGUA PORTUGUESA — Questões de 1 a 8

QUESTÕES de 1 a 3

TEXTO:

Línguas

Atualmente, mais de 160 línguas e dialetos são falados pelos povos indígenas no Brasil. Elas integram o acervo de quase sete mil línguas faladas no mundo contemporâneo (SIL International, 2009).

5 Antes da chegada dos portugueses, contudo, só no Brasil esse número devia ser próximo de mil.

No processo de colonização, a língua Tupinambá, por ser a mais falada ao longo da costa atlântica, foi incorporada por grande parte dos colonos e missionários, sendo ensinada aos índios nas missões e reconhecida como Língua Geral ou Nheengatu. Até hoje, muitas palavras de origem Tupi fazem parte do vocabulário dos brasileiros.

10 Da mesma forma que o Tupi influenciou o português falado no Brasil, o contato entre povos faz com que suas línguas estejam em constante modificação. Além de influências mútuas, as línguas guardam entre si origens comuns, integrando famílias linguísticas, que, por sua vez, podem fazer parte de divisões mais englobantes - os troncos linguísticos. Se as línguas não são isoladas, seus falantes tampouco. Há muitos povos e indivíduos indígenas que falam e/ou entendem mais de uma língua; e, não raro, dentro de uma mesma aldeia fala-se várias línguas - fenômeno conhecido como multilinguismo.

15 Dentre as cerca de 160 línguas indígenas que existem hoje no Brasil, umas são mais semelhantes entre si do que outras, revelando origens comuns e processos de diversificação ocorridos ao longo do tempo.

20 Os especialistas no conhecimento das línguas (linguistas) expressam as semelhanças e as diferenças entre elas através da ideia de troncos e famílias linguísticas. Quando se fala em tronco, têm-se em mente línguas cuja origem comum está situada há milhares de anos, as semelhanças entre elas sendo muito sutis. Entre línguas de uma mesma família, as semelhanças são maiores, resultado de separações ocorridas há menos tempo.

Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Línguas>>. Acesso em: 7 mar. 2025. Adaptado.

QUESTÃO 1

Com base no texto, identifique a alternativa que se refere à experiência bilinguismo e a diversidade linguística entre povos indígenas no Brasil:

- A) Considerar que o Nheengatu foi reconhecido como língua oficial no Brasil colonial não significa que o Tupi não tenha influenciado o português falado no país, pois, na verdade o Tupi teve grande importância na formação do nosso jeito de falar.
- B) Afirmar que as culturas indígenas são "artificiais" porque cada aldeia fala só uma língua é um erro e o que acontece é que, por questões de identidade e tradição, cada povo costuma valorizar sua própria língua, mas isso não quer dizer que suas culturas não sejam ricas ou naturais.
- C) Apesar de hoje serem faladas por poucas pessoas, as línguas indígenas brasileiras não são completamente isoladas entre si e muitas têm origem comum ou fazem parte de famílias linguísticas, ou seja, compartilham semelhanças e uma história de desenvolvimento.
- D) A variedade de línguas indígenas no Brasil, com casos de povos que falam duas ou mais línguas, mostra como as relações entre esses povos são complexas e como suas línguas foram mudando com o tempo em razão dos contatos entre diferentes culturas.
- E) As ciências linguísticas não concordam que as línguas indígenas sejam agrupadas só por motivos políticos ou de identidade e a classificação delas em famílias ou troncos linguísticos é baseada em estudos científicos, que analisam semelhanças estruturais e históricas.

QUESTÃO 2

A respeito da diversidade linguística entre os povos indígenas no Brasil e das dinâmicas de contato entre essas línguas, analise as afirmações a seguir.

- I. O multilinguismo em aldeias indígenas indica que o repertório verbal de muitos indivíduos transcende o monolingüismo, possibilitando experiências de comunicação entre diferentes grupos étnico-linguísticos.
- II. A noção de "tronco linguístico" refere-se a grupos de línguas cujas semelhanças indicam uma origem comum recente, o que garante a intercompreensão entre todos os seus falantes.
- III. A difusão da língua Tupinambá durante a colonização portuguesa exemplifica um processo de imposição cultural que excluiu a diversidade linguística indígena pré-existente no Brasil.

- IV. Apesar do processo colonizatório, línguas indígenas continuam sendo faladas no Brasil, com muitas comunidades apresentando falantes bilíngues ou multilíngues.
- V. A relação entre línguas indígenas no Brasil reflete tanto influências externas quanto transformações internas, com agrupamentos que permitem identificar graus distintos de parentesco linguístico.

A alternativa que apresenta **todas** as afirmações corretas é:

- A) I, III e IV.
B) I, IV e V.
C) II, III e V.
D) I, II, IV e V.
E) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 3

Com base no texto, é possível compreender que a diversidade linguística indígena no Brasil

- A) surgiu majoritariamente após a chegada dos colonizadores portugueses, uma vez que o contato interétnico intensificou o surgimento de novas línguas e dialetos.
- B) é explicada pela fragmentação de troncos linguísticos antigos em línguas completamente distintas entre si, que hoje não apresentam mais qualquer grau de parentesco reconhecível.
- C) resulta de processos históricos de diversificação interna e de contato entre povos, sendo possível identificar graus variados de parentesco linguístico entre as línguas ainda faladas.
- D) foi preservada quase integralmente desde o período anterior à colonização, mantendo-se estática graças ao isolamento das comunidades indígenas ao longo do tempo.
- E) representa um caso atípico de multilinguismo, pois os indígenas brasileiros falam majoritariamente apenas uma língua por aldeia, com poucas exceções.

QUESTÕES de 4 a 6

TEXTO:

Os “Sertons” Kiriri da Bahia: discutindo documentação, revitalização e linguagem

- Até meados do século XVIII, a América portuguesa era caracterizada por um multilinguismo generalizado, sendo o português uma das muitas línguas faladas, mas por uma minoria da população.
- 5 A política linguística implementada pelo governo de D. José I (1750-1777), por meio do Diretório dos Índios, determinou o uso da língua portuguesa como obrigatório entre as populações indígenas

- e proibiu o uso das línguas nativas dos vários grupos etnolinguísticos e da(s) língua(s) geral(ais), o que desempenhou um papel crucial no glotocídio testemunhado desde a segunda metade do século VII. Nos “sertões” da Bahia, o povo Kiriri, por um processo de substituição linguística, deixou de falar sua língua, o Kipeá, e adotou progressivamente o português como primeira língua. A partir da demanda dos Kiriri por assessoria linguística, foi criada na Universidade Federal da Bahia (UFBA) a Ação Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS), com o objetivo de discutir os processos de enfraquecimento e substituição das línguas indígenas pelas línguas nacionais dominantes, enfatizando as implicações sociopolíticas e linguísticas globais que estão envolvidas nesse processo.

- 25 Os Kiriri do sertão baiano [...] vivenciaram os impactos do projeto glotocida da Coroa portuguesa expresso no Diretório dos Índios, uma das variáveis para explicar a atual hegemonia da língua portuguesa no Brasil. A documentação colonial disponível
- 30 testemunha o uso do Kipeá, língua falada pelos Kiriri, que pertence à família linguística Kariri, do tronco Macro-Jé.

- Nos sertões da Bahia, o glotocídio iniciado com o Diretório dos Índios, ou ainda uma redução dos espaços de uso da língua indígena, encontra seu golpe quase fatal com a Guerra de Canudos-BA (1896-1897), que culminou com a morte de diversos índios, dentre os quais os últimos pajés kiriris que dominaram a língua e as “tradições”.

- 40 Segundo o Censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os Kiriri, equivocadamente agrupados entre as etnias cujas línguas não são específicas nem em troncos e nem em famílias,
- 45 continham uma população de 3.079 indivíduos, sendo 56 falantes da língua indígena.

- Se, para os Kiriri, a questão da língua reflete um processo de perda linguística, já que são falantes do português como língua materna, as disputas pelo
- 50 reconhecimento do direito à terra consolidam-se no processo de retomada do território e de homologação da demarcação administrativa do Território Indígena Kiriri, por meio do Decreto nº 98.828, de 15 de janeiro de 1990.

Disponível em: SOUZA, PD dos S.; RODRIGUES, JJS; ALMEIDA, FL; SOUZA, Élvia MF Os “Sertons” Kiriri da Bahia: discutindo documentação, revitalização e linguagem. Cadernos de Linguística, [S. l.], v. 3, pág. 01–20, 2020. DOI: 10.25189/2675-4916. 2020. v1.n3.id234. Disponível em: <<https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/234>>. Acesso em: 7 mar. 2025. Adaptado.

Com base no texto, é correto afirmar que:

- A) A política linguística do Diretório dos Índios promoveu o bilinguismo entre os povos originários, permitindo a coexistência do português e das línguas indígenas em um regime de igualdade, o que facilitou a preservação de línguas como o Kipeá.
- B) A adoção do português pelos Kiriri como língua materna decorreu de um processo espontâneo de integração cultural, não estando vinculada a estratégias políticas ou repressivas do Estado colonial.
- C) O caso dos Kiriri evidencia como o deslocamento linguístico, provocado por imposições coloniais e conflitos armados, como a Guerra de Canudos, pode levar à quase extinção de uma língua e à ruptura de sistemas culturais interligados a ela.
- D) A perda da língua Kipeá e sua posterior tentativa de revalorização demonstram que os projetos escolares modernos continuam a negligenciar o papel das línguas indígenas na construção da identidade dos povos originários.
- E) A incorporação da língua portuguesa pelos Kiriri representou uma forma de resistência ao domínio colonial, pois os indígenas passaram a dominar a língua do colonizador para se fortalecer politicamente frente à Coroa.

A respeito do processo de substituição linguística entre os Kiriri e das políticas linguísticas desde o período colonial até os dias atuais, é correto afirmar que

- A) a hegemonia da língua portuguesa entre os Kiriri se consolidou apenas após a homologação do território indígena, quando a escola indígena passou a promover o bilinguismo, tornando o Kipeá língua materna e o português como língua adicional.
- B) a substituição do Kipeá pelo português entre os Kiriri foi desencadeada pela presença dominante da religião cristã e pela resistência dos indígenas às práticas tradicionais, o que resultou em um abandono espontâneo da língua ancestral.
- C) os dados do Censo de 2010 revelam que a maioria dos Kiriri ainda falava o Kipeá como língua materna, evidenciando o sucesso das políticas de revitalização linguística promovidas desde o século XIX.
- D) a Guerra de Canudos foi responsável pelo fortalecimento da língua Kipeá entre os Kiriri, pois impulsionou movimentos de resistência e manutenção de práticas culturais e linguísticas ancestrais em oposição ao português.
- E) o Diretório dos Índios, instituído no século XVIII, teve papel central na imposição do português como única língua legítima no espaço colonial, contribuindo para o apagamento sistemático de línguas indígenas e culturas associadas.

“Se, para os Kiriri, a questão da língua reflete um processo de perda linguística, já que são falantes do português como língua materna, as disputas pelo reconhecimento do direito à terra consolidam-se no processo de retomada do território...”

Com base no trecho em destaque, é possível afirmar que a construção sintática e o uso dos conectores estabelecem relações importantes entre as partes do texto.

Nesse contexto, pode-se analisar que:

- A) A conjunção “já que” introduz uma causa que justifica a perda da língua indígena e o consequente abandono do território pelos Kiriri.
- B) O uso da conjunção “Se” marca uma condição real que, ao ser apresentada, permite articular duas dimensões distintas: a linguística e a territorial, ambas afetadas pela política histórica de opressão.
- C) A partícula “Se”, no início do período, introduz uma condição hipotética, sem vínculo com a realidade histórica vivida pelos Kiriri.
- D) As expressões “perda linguística” e “retomada do território” possuem valor metafórico e desvinculam-se da experiência concreta do povo Kiriri.
- E) A oração “as disputas pelo reconhecimento do direito à terra consolidam-se no processo de retomada do território” apresenta um sujeito indeterminado, sendo impossível identificar quem promove essas disputas.

Considere o infográfico a seguir.



Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/desafios-da-educacao-indigena-mais-escolas-e-mais-professores/>>. Acesso em: 7 mar. 2025.

QUESTÃO 7

Considerando o infográfico apresentado e os debates sobre o papel da escola indígena na preservação linguística, pode-se afirmar:

- A) A maioria das escolas indígenas no Brasil utilizam exclusivamente a língua indígena no ensino, o que revela um avanço na política de revitalização linguística, ainda que sem apoio de materiais pedagógicos próprios.
- B) O número expressivo de escolas que ministram aulas em ambas as línguas (indígena e portuguesa) indica que o bilinguismo é o modelo predominante, favorecendo tanto a manutenção das línguas originárias quanto o acesso à língua portuguesa como segunda língua.
- C) A maior parte das escolas indígenas que ensinam somente em língua portuguesa utilizam com muita frequência instrumentos pedagógicos indígenas, o que revela que o uso da língua não está relacionado à valorização dos saberes originários.
- D) O baixo número de escolas que ensinam apenas em língua indígena e utilizam instrumentos pedagógicos tradicionais comprova o desinteresse das comunidades na preservação da própria língua e cultura.
- E) A coexistência da língua indígena com a portuguesa em sala de aula, conforme o infográfico, compromete a revitalização linguística, pois dilui o uso dos idiomas e impede a afirmação da identidade indígena.

QUESTÃO 8

A partir da análise do infográfico, é possível compreender diferentes dimensões da política linguística nas escolas indígenas. Considerando a experiência do bilinguismo e os processos de valorização da comunicação entre comunidades, pode-se concluir que:

- A) O número significativamente menor de escolas que ministram aulas apenas em língua indígena, em comparação com aquelas que adotam o bilinguismo, evidencia uma política educacional que favorece a exclusividade das línguas originárias em detrimento do português como meio de comunicação comunitária.
- B) A maioria das escolas indígenas que adotam tanto a língua portuguesa quanto a indígena também faz uso de instrumentos socioculturais indígenas no ensino, o que sugere uma prática pedagógica voltada exclusivamente à preservação do idioma materno, sem abertura à comunicação intercultural.
- C) O predomínio de escolas bilíngues e o uso majoritário de instrumentos indígenas no ensino nessas instituições indicam uma valorização da interculturalidade, promovendo o diálogo entre saberes tradicionais e conhecimentos formais.
- D) A quantidade de escolas que oferecem ensino apenas em língua portuguesa e que utilizam instrumentos indígenas supera a das escolas bilíngues, o que revela um processo de resistência cultural por parte das comunidades frente à imposição da língua portuguesa.
- E) A presença de escolas que não utilizam instrumentos indígenas mesmo ministrando aulas em línguas originárias revela que o bilinguismo institucionalizado nas escolas indígenas é, em geral, desprovido de significado cultural para os povos atendidos.

QUESTÃO 9

A oca é um tipo de moradia usada por povos indígenas do Brasil, exemplo prático de conceitos geométricos, como círculos, elipses e formas geométricas que representam a organização do espaço e a adaptação ao ambiente, em muitos casos as ocas têm o formato perfeito de uma semiesfera.

Em uma determinada comunidade indígena, a área ocupada por 10 ocas é de $250\pi m^2$. Desprezando-se o espaço entre as ocas, então o raio estabelecido para a construção de cada oca é de

- A) $25m^2$.
B) $20m^2$.
C) $15m^2$.
D) $10m^2$.
E) $5m^2$.

QUESTÃO 10

Os povos originários possuem o seu próprio sistema numérico, um exemplo é o sistema numérico Tupi-Guarani, baseado em uma contagem que utiliza a base 5, o que significa que os números são agrupados em quintetos. Essa característica é comum em várias línguas indígenas da família Tupi-Guarani, refletindo uma forma única de entender e organizar a contagem.

Os números de 1 a 5 são representados por:

- 1: "Pé"
- 2: "Pé-pe"
- 3: "Pé-ru"
- 4: "Pé-tá"
- 5: "Aha"

Nesse sistema, o número 15 será representado, por

- A) Pé-Aha.
B) Pé-ru-Aha.
C) Aha- Pé-ru.
D) Aha Aha Aha.
E) Pé-ru Pé-ru Pé-ru.

QUESTÃO 11

São os procedimentos específicos e diferenciados de contar, medir, classificar e ordenar, que fizeram surgir a matemática de cada povo, porém, existem diferenças de como ela é usada. Os Kanamari se utilizam da matemática de forma espontânea, qualitativa e sem percepção da mesma. Quando é perguntado aos mais velhos: "Vocês conhecem matemática?", é comum eles respondam que sim. Porém, quando a indagação consiste em saber: "Onde, quando e como o seu povo a utiliza?", as respostas vêm dos mais diversos assuntos que aparentemente não estão no contexto, mas no decorrer da conversa, é possível identificar em suas falas a matemática, que para eles, está aparentemente dissociada da ideia de contar, multiplicar, quantificar e ordenar numericamente.

A tabela a seguir apresenta algumas medidas utilizadas pelo povo Kanamari

Padrão de medidas e equivalências indígenas Kanamari

Método	Tamanho	Equivalência no Sistema Formal
Cálculo mental de profundidade	Uma braça	2,0m
Cipó com um braço esticado até o nariz	Um braço	1,0m
Medidas de longa distância	Passo	80,0cm
Medidas de pequena distância	Pé	26,0cm
Medida média	Um palmo	22,0cm
Medida pequena	Uma chave	20,0cm
Metade muito pequena	Meia chave	10,0cm

Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/2740/274046804004/html/>>. Acesso em; 27 mar.2025.

Considere que um indígena para medir uma distância calculou com 40 pés (unidade de medida de pequenas distâncias).

Se tivesse calculado a mesma distância com medidas de longa distância corresponderia a

- A) 12 passos.
- B) 13 passos.
- C) 14 passos.
- D) 15 passos.
- E) 16 passos.

QUESTÃO 12

Uma comunidade indígena possui 560kg de alimentos para distribuir entre 4 grupos de famílias. O primeiro grupo tem 10 famílias, o segundo tem 15, o terceiro tem 20 e o quarto tem 25. A distribuição será proporcional ao número de famílias em cada grupo.

Nessas condições, a quantidade de alimentos recebida pelo segundo grupo é de:

- A) 8kg
- B) 80kg
- C) 120kg
- D) 160kg
- E) 200kg

QUESTÃO 13

Uma comunidade indígena cultiva 250 hectares de terra. Desses, 60% são dedicados ao cultivo de milho, 25% ao cultivo de feijão e o restante a outras culturas. A produção média de milho é de 2.500kg por hectare e a de feijão é de 1.800kg por hectare. Toda produção de milho e feijão será armazenada em sacas de 60 quilogramas.

Nessas condições, a quantidade mínima de sacas que será utilizada para o armazenamento do milho e do feijão é de

- A) 1875
- B) 4375
- C) 6250
- D) 8125
- E) 15230

* * *

QUESTÃO 14

Os povos indígenas no Brasil possuem uma relação ancestral e sustentável com o meio ambiente, desenvolvendo técnicas tradicionais de plantio, cultivo e manejo hídrico que garantem a preservação dos ecossistemas e a manutenção da biodiversidade. Entre essas práticas, destacam-se o sistema de roça de coivara, a agrofloresta e o conhecimento medicinal das plantas.

Com base nessa realidade, pode-se afirmar sobre a relação das sociedades indígenas com as ciências da natureza que

- A) o sistema de roça de coivara utilizado por muitos povos indígenas é um método predatório que causa degradação irreversível do solo, sendo incompatível com práticas sustentáveis.
- B) as técnicas indígenas de manejo do solo e cultivo, como o plantio consorciado e a agrofloresta, demonstram um conhecimento empírico eficaz que contribui para a preservação da biodiversidade e a regeneração dos solos.
- C) o uso de plantas medicinais por povos indígenas é somente ritualístico, embora apresente aplicação prática para a saúde, a partir das suas propriedades curativas.
- D) o manejo hídrico indígena se limita à captação de água para o consumo humano, não levando em consideração a manutenção de nascentes e rios, por serem recursos renováveis.
- E) o cultivo e a colheita realizados por povos indígenas são atividades sazonais, sem planejamento ou técnicas específicas de conservação dos alimentos ao longo do ano.

QUESTÃO 15

As comunidades tradicionais, incluindo os povos indígenas, possuem um vasto conhecimento sobre as propriedades bioquímicas das plantas, transmitido ao longo das gerações. Algumas plantas possuem alcaloides, flavonoides e taninos, compostos bioativos responsáveis por efeitos anti-inflamatórios, analgésicos e antimicrobianos. A ciência moderna tem comprovado a eficácia de muitas dessas substâncias, valorizando cada vez mais os saberes tradicionais e sua importância para a biodiversidade e a farmacologia.

ALBUQUERQUE, U. P.; HANAZAKI, N. "Uso e conservação de plantas medicinais por comunidades tradicionais no Brasil". *Ambiente & Sociedade*, v. 12, n. 2, p. 1-20, 2009. Adaptado.

Com base nessa realidade, analise as afirmativas a seguir e marque **V** para o que for verdadeiro e **F**, para o que for falso.

- () As comunidades tradicionais utilizam plantas medicinais há séculos e muitas dessas práticas têm sido comprovadas cientificamente, demonstrando a presença de compostos bioativos.
- () O conhecimento indígena sobre plantas medicinais não tem relevância científica, pois esses saberes são baseados em crenças e mitos sem fundamentação farmacológica.
- () As folhas e raízes das plantas podem ter propriedades terapêuticas, sendo utilizadas pelas comunidades indígenas para tratar doenças inflamatórias, infecções e problemas digestivos.

- () A bioprospecção de plantas medicinais por cientistas tem mostrado que o saber tradicional das comunidades indígenas pode contribuir para a descoberta de novos fármacos.
- () Todas as plantas utilizadas pelas comunidades indígenas são seguras para consumo, pois qualquer elemento presente na natureza pode ser ingerido sem risco à saúde.

A alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo, é:

- | | |
|--------------|--------------|
| A) F F V V F | D) V F F V V |
| B) F V V V F | E) V F V V F |
| C) V F V V V | |

QUESTÃO 16

A relação entre os povos indígenas e seus territórios vai além da mera posse da terra; trata-se de uma conexão espiritual, cultural e de subsistência. No Brasil, a demarcação de terras indígenas é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, mas enfrenta desafios constantes, como a invasão por garimpeiros, madeireiros e a pressão do agronegócio. A luta dos povos indígenas pelo reconhecimento de seus direitos territoriais não é apenas uma questão de justiça social, mas também de preservação ambiental e da diversidade cultural.

A partir das informações apresentadas e com base nos conhecimentos sobre a temática da terra no contexto indígena, pode-se afirmar:

- A) A Constituição Federal de 1988 garante aos povos indígenas a posse permanente das terras que tradicionalmente ocupam, mas condiciona seu usufruto ao interesse econômico nacional, permitindo a exploração livre dos recursos naturais por empresas privadas.
- B) A preservação da biodiversidade nos territórios indígenas é um efeito colateral da baixa ocupação humana nessas regiões, pois os povos indígenas têm uma relação passiva com o meio ambiente e não exercem o manejo sustentável dos recursos naturais.
- C) A geopolítica dos territórios indígenas no Brasil, envolve disputas entre interesses econômicos e ambientais sendo que a proteção dessas áreas contribui para a manutenção dos modos de vida indígenas, assim como para a regulação climática global.
- D) A demarcação de terras indígenas é um processo irreversível e inquestionável no Brasil, pois não existem disputas jurídicas relacionados à posse desses territórios, uma vez que conflitos políticos colocam em risco os direitos territoriais dos povos indígenas e compromete a gestão ambiental.
- E) A presença de povos indígenas na Amazônia não tem relação com a conservação da floresta, uma vez que a biodiversidade da região e a sua preservação se mantêm independentes da ocupação humana.

O Guardião da Floresta

Conta-se entre os povos Guarani que, há muito tempo, um espírito chamado Karaí guardava as matas e os rios. Ele ensinou aos indígenas como plantar sem esgotar a terra e como colher sem destruir. No entanto, um dia, homens de fora chegaram e começaram a derrubar árvores sem respeito, a poluir as águas e a expulsar os habitantes da floresta. Karaí, entristecido, alertou os anciãos da aldeia:

— Se tomarem mais do que precisam, a terra adoecerá. O rio secará, e a floresta se tornará um deserto.

Os mais velhos tentaram ensinar aos invasores o equilíbrio com a natureza, mas eles não ouviram. Com o tempo, a terra secou, os peixes desapareceram e os homens de fora partiram, deixando a destruição para trás. Os indígenas, então, iniciaram o longo trabalho de cura da floresta, replantando árvores e purificando as águas.

Essa história continua sendo contada nas aldeias para lembrar que a terra não pertence a ninguém, mas é responsabilidade de todos.

Adaptado de MITOLOGIA GUARANI. Disponível em: <<https://www.acervodigitalindigena.org.br>>. Acesso em: 31 mar. 2025.

A história do Guardião da Floresta traz reflexões sobre a relação entre os povos indígenas e a terra, especialmente no que se refere à preservação, conservação e sustentabilidade ambiental. No Brasil, a luta dos povos originários pela defesa de seus territórios tem sido constante, enfrentando desafios como a exploração predatória e a falta de reconhecimento de suas práticas tradicionais.

A destruição ambiental causada pela exploração predatória dos recursos naturais tem impactos profundos na biodiversidade e na sobrevivência dos povos indígenas. Muitas comunidades tradicionais enfrentam dificuldades para preservar seus territórios e manter suas práticas sustentáveis diante do avanço da agropecuária e do desmatamento.

Com base na mensagem do conto, identifique a alternativa que exemplifica a relação entre os povos indígenas e a preservação ambiental:

- A) A sabedoria indígena sobre o uso sustentável da terra contrasta com o modelo predatório de exploração, evidenciando que as comunidades tradicionais não possuem técnicas agrícolas eficientes e precisam da intervenção externa para produzir alimentos de forma sustentável.
- B) A história do Guardião da Floresta evidencia o papel ativo dos indígenas na conservação ambiental, demonstrando que seus conhecimentos tradicionais sobre manejo sustentável são fundamentais para a preservação da biodiversidade.
- C) O conto indígena mostra que o esgotamento dos recursos naturais ocorre de forma espontânea e independente da ação humana, sugerindo que a degradação ambiental faz parte de ciclos naturais inevitáveis.

- D) A sustentabilidade das práticas indígenas é uma invenção moderna, pois, historicamente, as comunidades originárias sempre exploraram a terra da mesma maneira que os modelos agroindustriais atuais.
- E) O equilíbrio ecológico mencionado no conto é um conceito apenas simbólico, sem implicações práticas no presente, pois as soluções para as crises ambientais dependem sobretudo do avanço tecnológico.

QUESTÃO 18

Em uma comunidade indígena localizada em uma região de crescente urbanização, uma professora percebe que seus alunos enfrentam barreiras para acessar serviços públicos essenciais, como saúde e educação. Além disso, a comunidade denuncia que, frequentemente, seus membros são tratados com desconfiança ou sofrem discriminação ao reivindicar seus direitos, em razão do preconceito. A situação se agrava quando um grupo de lideranças indígenas tenta dialogar com a prefeitura local sobre a implementação de políticas públicas específicas e recebe respostas evasivas ou promessas não cumpridas.

Diante desse cenário, a professora decide elaborar um projeto pedagógico que não apenas informe os alunos sobre seus direitos, mas também os capacitem para atuar na transformação da realidade de sua comunidade.

Para que essa iniciativa seja efetiva e respeite os princípios da educação indígena, a professora deve:

- A) Criar um espaço de aprendizagem interdisciplinar em que os alunos possam pesquisar as políticas públicas voltadas para os povos indígenas, analisar criticamente sua aplicação na comunidade e articular ações junto a instituições e lideranças tradicionais para garantir a efetividade desses direitos, respeitando a autonomia da comunidade na construção dessas estratégias.
- B) Desenvolver um programa de ensino focado na Constituição Federal e na legislação internacional sobre direitos indígenas, estimulando os alunos a utilizarem esses conhecimentos para contestar práticas discriminatórias e exigir atendimento equitativo nos serviços públicos, dispensando os valores culturais da comunidade no processo formativo.
- C) Priorizar a integração dos alunos ao conjunto de leis e regras que regem a sociedade, incentivando-os a adotar padrões culturais predominantes para facilitar o diálogo com as instituições públicas, ainda que isso implique na flexibilização de práticas e valores próprios da comunidade indígena.
- D) Utilizar a literatura e a história oral da comunidade como eixo central da aprendizagem, evitando a exposição dos alunos a conhecimentos jurídicos e políticos externos, uma vez que a manutenção da tradição deve prevalecer sobre qualquer tentativa de inserção na estrutura institucional do Estado.
- E) Fomentar debates internos na escola sobre as dificuldades enfrentadas pelos indígenas no acesso aos serviços públicos, evitando ações externas que possam gerar conflitos com as autoridades municipais.

Um viva para os que nunca inventaram nada
 para os que nunca exploraram nada
 para os que nunca dominaram nada
 mas que se abandonam, por inteiro,
 à essência de todas as coisas
 inconscientes das superfícies, mas entregues
 aos movimentos de todas as coisas
 sem a preocupação de domar, mas
 jogando o jogo do mundo

CÉSAIRE, Aimé. Caderno de um retorno ao país natal. Tradução de Leonardo WOLKOWICZ. São Paulo: Editora da UNB, 2013.

O poema de Aimé Césaire, dramaturgo, ensaísta e político, resgata a valorização daqueles que não se preocupam em dominar ou explorar, mas que se integram aos movimentos do mundo, entregando-se à essência das coisas. Essa perspectiva dialoga profundamente com a experiência dos povos indígenas no Brasil, cuja presença e contribuições culturais foram, historicamente, marginalizadas pela lógica colonial e pelo pensamento eurocêntrico.

Com base nessa reflexão, identifique a relação entre o poema e a presença indígena na formação da cultura brasileira:

- A) A cultura indígena no Brasil, assim como expressa o poema, não se construiu pela dominação, mas pela entrega ao movimento das coisas, influenciando profundamente a identidade brasileira, sem a necessidade de lutar ou impor-se para preservar suas tradições.
- B) A resistência indígena à colonização se manifestou na forma como os povos originários absorveram, resignificaram e transformaram elementos da cultura dos colonizadores, jogando o "jogo do mundo" sem perder sua essência.
- C) Assim como descrito no poema, a relação dos povos indígenas com o meio ambiente sempre se deu de forma harmônica, sem a pretensão de explorá-lo ou dominá-lo, mas sim de integrar-se a ele, o que influenciou profundamente a cultura e os saberes tradicionais no Brasil.
- D) A colonização impôs uma narrativa de assimilação da cultura indígena, como sugere o poema de Césaire, em que os povos originários demonstraram que não é preciso inventar ou explorar para existir de forma plena, mantendo vivas suas tradições e formas de conhecimento de modo pacífico, sem embates e conflitos.
- E) Os povos indígenas no Brasil sempre compartilharam uma única forma de ver e experimentar o mundo, o que possibilitou sua rápida adaptação ao modelo de sociedade imposto pela colonização, sem necessidade de resistência ou reelaboração cultural.

* * *

QUESTÃO 20

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estabelece em seus artigos 1º, 3º, 4º e 5º os princípios fundamentais que norteiam o estado democrático de direito, os objetivos da República Federativa do Brasil e direitos e deveres individuais e coletivos.

Com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considere a seguinte situação:

Em uma escola pública, localizada em uma comunidade indígena, um grupo de estudantes indígenas reivindica o direito de manter e praticar suas tradições culturais dentro do ambiente escolar, incluindo o uso da língua materna e a realização de cerimônias tradicionais. No entanto, a direção da escola, alegando uniformidade curricular, proíbe tais práticas e determina que todas as aulas sejam exclusivamente em português, sem a abertura para manifestações culturais indígenas.

A partir da atitude da direção da escola e com base nos princípios constitucionais, é correto afirmar que:

- A) A decisão da direção da escola está de acordo com a Constituição, pois o ensino deve ser padronizado e não pode haver diferenciações culturais no ambiente escolar.
- B) A Constituição Federal garante a promoção da igualdade, mas não prevê o respeito às diferenças culturais, cabendo à escola decidir suas regras sem, necessariamente, respeitar práticas indígenas.
- C) A atitude da direção da escola fere os princípios constitucionais, pois está assegurada a dignidade da pessoa humana, assim como o direito à diversidade, a liberdade de consciência e à preservação da identidade cultural.
- D) A Constituição Federal não trata especificamente de questões culturais, sendo necessário recorrer a tratados internacionais para garantir os direitos dos povos indígenas.
- E) O Estado deve assegurar a padronização na educação pública, garantindo que todos os estudantes tenham o mesmo tipo de ensino, independentemente de suas origens culturais.

QUESTÃO 21

A Constituição do Estado da Bahia, em seu Capítulo XXIII – "Do Negro", reconhece a importância da população negra na formação histórica e cultural do estado, estabelecendo diretrizes para a promoção da igualdade racial e a valorização das tradições afro-brasileiras. Dentre as principais disposições, destacam-se a obrigação do Estado de combater o racismo, garantir políticas afirmativas e fomentar a preservação do patrimônio cultural afrodescendente.

Além disso, a Constituição Estadual reforça a necessidade de ações concretas na educação, com a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, bem como o incentivo a pesquisas e projetos voltados para o resgate da memória dos povos africanos e seus descendentes. Dessa forma, o Estado da Bahia assume um compromisso explícito com a promoção da igualdade racial e a reparação histórica.

BAHIA. Constituição do Estado da Bahia. Capítulo XXIII – "Do Negro". Disponível em: <www.al.ba.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2025.

Com base no texto e na Constituição do Estado da Bahia, pode-se afirmar que:

- A) O Capítulo XXIII da Constituição Baiana estabelece diretrizes simbólicas sobre a população negra, sem prever medidas concretas para combater o racismo ou promover a igualdade racial.
- B) A Constituição do Estado da Bahia determina que a valorização da cultura afro-brasileira deve ocorrer exclusivamente no âmbito acadêmico, por meio de pesquisas e estudos universitários, sem interferência nas políticas públicas.
- C) A Constituição Baiana reconhece a contribuição histórica da população negra e impõe ao Estado o dever de adotar políticas afirmativas e garantir a inclusão da cultura afro-brasileira no ensino, promovendo a igualdade racial de forma ativa.
- D) O Capítulo XXIII prevê a valorização da cultura negra, entretanto deixa a critério dos municípios a implementação de medidas para combater o racismo, sem impor obrigações ao Estado da Bahia.
- E) O reconhecimento do papel da população negra na Constituição da Bahia se limita a aspectos culturais, sem relação com a educação, mercado de trabalho ou outras esferas da sociedade.

QUESTÃO 22

A Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, representa um avanço significativo no combate ao racismo no Brasil e foi criada para punir atos discriminatórios baseados em raça e cor. A importância dessa lei está em seu caráter educativo, pois visa não apenas reprimir condutas racistas, mas também reforçar que a igualdade racial é um princípio fundamental do Estado brasileiro, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. Além disso, o racismo é considerado um crime inafiançável e imprescritível (Art. 5º, XLII da CF), o que demonstra o compromisso do país com a erradicação dessa prática. No entanto, juristas apontam que, apesar da existência da lei, ainda há desafios em sua aplicação efetiva, exigindo um esforço contínuo da sociedade e do sistema de justiça para garantir sua efetividade.

BRASIL. Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2025.

Com base no texto apresentado e na Lei nº 7.716/1989, pode-se afirmar que:

- A) A Lei nº 7.716/1989 define crimes resultantes de preconceito de raça e cor, mas não prevê sanções para discriminação por etnia, religião ou procedência nacional, pois tais aspectos são regulados exclusivamente pela Constituição.
- B) A Lei nº 7.716/1989 criminaliza a recusa de acesso estabelecimentos comerciais, instituições de ensino e meios de transporte, prevendo penas de reclusão para os infratores.
- C) De acordo com a Lei nº 7.716/1989, negar emprego em empresa privada com base em preconceito de raça ou cor não configura crime, uma vez que a legislação protege apenas os cargos da administração pública.

- D) O crime de racismo previsto na Lei nº 7.716/1989 pode ser punido com penas alternativas, como prestação de serviços à comunidade, pois a finalidade da norma é apenas educativa.
- E) A lei prevê penas para atos discriminatórios individuais, mas não pune a incitação ao preconceito racial, pois esse tipo de manifestação está protegido pela liberdade de expressão.

QUESTÃO 23

O Decreto Federal nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969, incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela ONU em 1965. Essa convenção é um instrumento fundamental para o combate ao racismo e à desigualdade racial, pois estabelece que os Estados signatários devem adotar medidas para eliminar a discriminação racial em todas as suas formas e manifestações. Entre suas determinações, destaca-se a obrigação dos Estados de proibir e eliminar a discriminação racial em qualquer esfera da vida pública ou privada, incluindo trabalho, educação, acesso à justiça e participação política.

BRASIL. Decreto Federal nº 65.810, de 08 de dezembro de 1969. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, 1965.

Com base no Decreto nº 65.810/1969 e na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, é correto afirmar:

- A) O Brasil, ao ratificar a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial por meio do Decreto nº 65.810/1969, assumiu um compromisso simbólico, visto que os tratados internacionais não fazem parte do ordenamento jurídico interno.
- B) A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial obriga os países signatários a adotarem medidas concretas para eliminar a discriminação racial, como a criminalização de organizações que promovam ideias racistas.
- C) O Decreto nº 65.810/1969 estabelece, de forma detalhada, as sanções criminais a serem aplicadas em casos de discriminação racial no Brasil, criando um código específico para esse tipo de crime.
- D) A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial tem como foco a esfera pública, não tratando da discriminação racial em ambientes privados, como empresas, escolas ou associações.
- E) A promulgação da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial pelo Brasil em 1969, tornou o crime de racismo como inafiançável e imprescritível pelo ordenamento jurídico.

QUESTÃO 24

A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI) foi criada com a finalidade de formular, coordenar e articular políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial e para o combate às desigualdades étnico-raciais no estado.

Com base na Lei Estadual nº 10.549/2006, alterada pela Lei Estadual nº 12.212/2011, identifique a alternativa que está em conformidade com essa legislação e suas alterações:

- A) A Lei Estadual nº 12.212/2011 excluiu da finalidade e competências da SEPROMI as atividades pertinentes ao planejamento e execução das políticas públicas de caráter transversal para as mulheres.
- B) A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial tem a função de promover campanhas de conscientização sobre igualdade racial, sem competência para atuar na fiscalização de casos de discriminação racial.
- C) A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial tem atribuição prioritária de fiscalizar e punir empresas que adotem práticas discriminatórias contra grupos étnico-raciais na Bahia, podendo aplicar sanções diretamente, sem necessidade de articulação com outros órgãos.
- D) A Secretaria de Promoção da Igualdade Racial atua somente na formulação de políticas voltadas para comunidades quilombolas, não tendo competência para trabalhar com outros grupos étnico-raciais em situação de vulnerabilidade.
- E) A Lei Estadual nº 12.212/2011 extinguiu a SEPROMI e transferiu suas competências para a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Estado da Bahia, que passou a ser responsável pelo combate às desigualdades raciais.

QUESTÃO 25

O crime de injúria, previsto no Art. 140 do Código Penal Brasileiro, consiste em ofender a dignidade ou o decoro de outra pessoa, atingindo sua honra subjetiva.

Com base na informação apresentada, analise o caso a seguir.

Um idoso de 75 anos de idade, está sentado em uma praça pública quando um jovem de 25 anos se aproxima e profere diversos insultos, chamando-o de “velho inútil”, “peso morto” além de afirmar que “idoso só serve para atrapalhar a economia”.

O idoso, sentindo-se ofendido e humilhado publicamente, decide procurar um advogado para entender se o jovem pode ser responsabilizado criminalmente.

Analizando a situação apresentada e considerando o Art. 140 do Código Penal Brasileiro, a alternativa que está de acordo com o referido artigo é:

- A) O jovem cometeu o crime de injúria simples, pois não houve agressão física ou ameaças contra o idoso.
- B) O jovem somente será punido se houver testemunhas que confirmem os insultos proferidos contra o idoso, pois a palavra da vítima, isoladamente, não tem valor probatório em casos de injúria.
- C) O crime praticado pelo jovem pode ser convertido em pena alternativa, como prestação de serviços comunitários.
- D) O crime cometido pelo jovem se enquadra como difamação e não como injúria, pois, ele proferiu palavras ofensivas contra o idoso em um espaço público.
- E) A conduta do jovem configura injúria qualificada, pois os insultos foram dirigidos à vítima em razão de sua condição de idoso, aumentando a pena do crime.

— CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS — Questões de 26 a 45 —

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque a letra correspondente na Folha de Respostas.

QUESTÃO 26

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), publicado pelo Ministério da Educação em 1998, estabelece diretrizes para a educação indígena no Brasil, reconhecendo a diversidade cultural e linguística dos povos indígenas. Esse documento orienta a organização curricular das escolas indígenas de forma diferenciada, valorizando os conhecimentos tradicionais e promovendo a interculturalidade.

Sobre o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI), é correto afirmar que:

- A) Estabelece um currículo único para todas as escolas indígenas do Brasil, garantindo a padronização do ensino.
- B) Permite que cada comunidade indígena adapte o currículo às suas realidades socioculturais, valorizando os conhecimentos tradicionais.
- C) Propõe que a língua portuguesa seja a única língua de ensino nas escolas indígenas.
- D) Exclui a participação das comunidades indígenas na elaboração dos currículos escolares.
- E) Determina que as escolas indígenas devem seguir as mesmas diretrizes curriculares das escolas urbanas.

QUESTÃO 27

O Decreto Federal nº 6.861/2008 regulamenta a educação escolar indígena, estabelecendo que ela deve respeitar os modos próprios de aprendizagem de cada povo e garantindo sua autonomia na organização pedagógica. O decreto também define a criação dos Territórios Etnoeducacionais, que agrupam diferentes povos indígenas com base em critérios culturais, linguísticos e geográficos, fortalecendo a identidade e os direitos dessas comunidades.

De acordo com esse Decreto, a educação indígena deve

- A) ser exclusivamente bilíngue, com prioridade para o ensino da língua portuguesa.
- B) seguir obrigatoriamente o modelo educacional das escolas públicas.
- C) vetar a participação das comunidades indígenas na definição dos projetos pedagógicos.
- D) respeitar os modos próprios de aprendizagem de cada povo indígena, garantindo sua autonomia pedagógica.
- E) ser organizada de forma uniforme para todos os povos indígenas, independentemente de suas especificidades culturais.

QUESTÃO 28

Os Territórios Etnoeducacionais, instituídos pelo Decreto nº 6.861/2008, têm como principal objetivo:

- A) Agrupar povos indígenas considerando apenas critérios geográficos, não valorizando suas diferenças culturais.

- B) Unificar os currículos das escolas indígenas, garantindo um ensino padronizado.
- C) Organizar a educação escolar indígena de forma diferenciada, considerando as especificidades socioculturais, históricas, geográficas, políticas e econômicas de cada povo indígena.
- D) Integrar as escolas indígenas ao sistema educacional urbano, promovendo a assimilação cultural.
- E) Estabelecer a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa como língua materna em todas as escolas indígenas.

QUESTÃO 29

A Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, estabelece que a Educação Especial é uma modalidade transversal que deve garantir aos estudantes indígenas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação o desenvolvimento de suas potencialidades. Para isso, prevê a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), respeitando as especificidades socioculturais dos povos indígenas.

Com base nessa diretriz, pode-se afirmar:

- A) A Educação Especial na Educação Escolar Indígena deve seguir exclusivamente os modelos pedagógicos da educação não indígena, garantindo a universalização do ensino.
- B) O Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas indígenas deve ocorrer de forma padronizada, sem considerar as particularidades culturais e linguísticas de cada povo.
- C) A transversalidade da Educação Especial na Educação Escolar Indígena assegura que o ensino respeite tanto as necessidades educacionais específicas dos estudantes quanto os conhecimentos e práticas tradicionais dos povos indígenas.
- D) A implementação da Educação Especial nas escolas indígenas deve priorizar a substituição da língua materna pelo português, para garantir maior inclusão dos estudantes no sistema educacional nacional.
- E) A Educação Especial na Educação Escolar Indígena não se aplica a estudantes indígenas com altas habilidades ou superdotação, pois o foco principal é o atendimento às deficiências.

QUESTÃO 30

A respeito da formação de professores indígenas, conforme previsto no Decreto nº 6.861/2008, pode-se afirmar que:

- A) A formação docente indígena deve seguir os mesmos parâmetros das escolas não indígenas, sem adaptações.
- B) A formação de professores indígenas deve considerar as especificidades culturais dos povos indígenas e valorizar os saberes culturais.
- C) Apenas professores não indígenas podem lecionar nas escolas indígenas, garantindo uma educação padronizada.
- D) Os professores indígenas não precisam de formação pedagógica específica, pois ensinam apenas conhecimentos tradicionais.
- E) A formação de professores indígenas deve ocorrer exclusivamente em universidades federais, garantindo a qualidade do ensino.

QUESTÃO 31

Sobre as disposições do Decreto nº 6.861/2008, analise as afirmações a seguir e marque **V** para o que for verdadeiro e **F**, para o que for falso.

- () O Decreto define que a educação escolar indígena deve respeitar os modos próprios de aprendizagem de cada povo, garantindo sua autonomia pedagógica.
- () O ensino nas escolas indígenas deve ser exclusivamente em português, para facilitar a integração dos estudantes ao sistema educacional nacional.
- () A criação dos Territórios Etnoeducacionais visa agrupar povos indígenas apenas com base em sua localização geográfica, sem considerar suas especificidades culturais e linguísticas.
- () A educação indígena deve reconhecer e valorizar as culturas e línguas indígenas, promovendo o ensino multilíngue.
- () Apenas professores formados em universidades públicas podem lecionar em escolas indígenas, sem a necessidade de formação específica para a realidade indígena.

A alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V F F V F D) F V F V V
- B) V V F V F E) F F V V F
- C) V F V V V

QUESTÃO 32

O Decreto nº 6.861/2008 estabelece princípios fundamentais para a organização da educação escolar indígena no Brasil. Com base no Decreto, analise as afirmações a seguir.

- I. A educação indígena deve ser diferenciada, intercultural, bilíngue ou multilíngue, garantindo o respeito às especificidades de cada povo.
- II. O ensino nas escolas indígenas deve seguir as mesmas diretrizes das escolas urbanas, sem adaptações curriculares.

- III. Os Territórios Etnoeducacionais foram criados para fortalecer a identidade dos povos indígenas e melhorar a gestão da educação indígena.
- IV. A participação das comunidades indígenas na definição dos projetos pedagógicos das escolas é garantida pelo decreto.
- V. A educação indígena deve se basear nos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, sem incluir disciplinas do currículo nacional.

A alternativa que apresenta **todas** as afirmações corretas é:

- A) I e II. D) II, III e V.
- B) I, II e IV. E) III, IV e V.
- C) I, III e IV.

QUESTÃO 33

Uma comunidade indígena decide reorganizar o currículo de sua escola para incluir práticas tradicionais de caça, pesca e cultivo, bem como a história oral do seu povo. Além disso, os professores querem priorizar o ensino na língua materna da comunidade e introduzir gradualmente a língua portuguesa como segunda língua. No entanto, alguns gestores municipais afirmam que essa abordagem não é permitida e que a escola deve seguir o currículo nacional de forma padronizada.

Analizando o caso apresentando com base na Resolução CNE/CEB nº 5/2012, pode-se afirmar:

- A) A comunidade está correta ao querer reorganizar seu currículo, pois a Resolução estabelece que a educação indígena deve se pautar nos princípios da igualdade social, da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade.
- B) A escola deve seguir o currículo nacional sem adaptações, pois a legislação não permite mudanças baseadas na cultura local.
- C) A introdução da língua materna como idioma principal não é aceita, pois o ensino deve ser exclusivamente em português.
- D) A prática de ensinar conhecimentos tradicionais na escola indígena não tem respaldo legal, pois a educação indígena deve priorizar o ensino de conteúdos técnicos que capacitem os alunos para o trabalho.
- E) Os gestores municipais estão corretos, pois todas as escolas do país devem seguir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sem considerar as especificidades.

QUESTÃO 34

Sobre as diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 5/2012, analise as afirmativas a seguir e marque **V** para o que for verdadeiro e **F**, para o que for falso

- () A Educação Escolar Indígena deve ser diferenciada, intercultural, bilíngue ou multilíngue, respeitando a identidade de cada povo indígena.
- () A Resolução não permite a participação das comunidades indígenas na elaboração dos currículos escolares.
- () A organização escolar indígena pode adotar calendários e metodologias específicas, considerando as práticas culturais e o modo de vida das comunidades.

- () As escolas indígenas devem oferecer prioritariamente conteúdos científicos ocidentais, como estratégia de inclusão dos povos indígenas.
- () A Resolução assegura que a Educação Escolar Indígena deve abranger todas as etapas da Educação Básica, incluindo a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

A alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F F V V
- B) V F V F V
- C) V F V F F
- D) F F V F F
- E) F V V F V

QUESTÃO 35



Disponível em: <https://www.google.com/search?q=charge+ escola +indigena&sca_esv=d780aa9bd3cc6db3&udm=2&biw=1000&bih=579&sxsrf=AHTn8zo2ycDER5RNZ7s8BB8TrnBr2nkKvg%3A1741>. Acesso em: 14 mar. 2025.

Em uma escola indígena, os espaços de aprendizagem são organizados de forma a valorizar a cultura e os saberes tradicionais, promovendo a liderança, a motivação e o autoconhecimento entre os alunos. Nesse contexto e considerando a figura apresentada, analise as afirmações a seguir e marque **V** para o que for verdadeiro e **F**, para o que for falso.

- () A liderança, dentro de um espaço de aprendizagem indígena, deve ser exercida exclusivamente pelos mais velhos, pois são eles que possuem o maior conhecimento e experiência.
- () A motivação no processo de ensino-aprendizagem indígena ocorre por meio de recompensas materiais e externas, para estimular os alunos a alcançar suas metas.
- () O autoconhecimento é um dos pilares da educação indígena, sendo desenvolvido por meio de práticas que valorizam a conexão com a natureza e a reflexão sobre a identidade cultural dos alunos.
- () A liderança nas escolas indígenas deve ser democrática para garantir que as normas e os valores da comunidade sejam seguidos de forma natural.

- () Espaços de aprendizagem são ambientes onde o processo educativo acontece, devendo ultrapassar os limites da sala de aula, projetados para facilitar a interação, a troca de conhecimento e o contato com a natureza.

A alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V F V F V
- B) V V F F F
- C) V F F V V
- D) F F V V F
- E) F F V V V

QUESTÃO 36

Em uma comunidade indígena do Nordeste do Brasil, uma escola local implementou um currículo bilíngue que valoriza tanto a língua materna quanto a língua portuguesa. Durante as aulas de alfabetização, as crianças aprendem primeiro a ler e escrever na sua língua originária, e, progressivamente, a língua portuguesa é introduzida. Os professores indígenas desempenham um papel fundamental nesse processo, garantindo que os alunos desenvolvam habilidades linguísticas em ambos os idiomas sem perder sua identidade cultural.

De acordo com o texto e com as Diretrizes da Educação Escolar Indígena no Brasil, identifique a principal razão para priorizar o ensino na língua materna nas primeiras fases da alfabetização:

- A) Garantir que os alunos aprendam primeiro a norma culta do português e depois sua língua indígena.
- B) Valorizar a língua materna como a primeira forma de comunicação das crianças e facilitar a compreensão dos conteúdos.
- C) Substituir gradativamente a língua indígena pelo português, promovendo a integração dos alunos à sociedade.
- D) Restringir o ensino apenas à língua materna, sem incluir o português no curriculum escolar.
- E) Evitar o contato com português para manter os alunos afastados de influências externas na cultura indígena.

QUESTÃO 37

No contexto das escolas indígenas bilíngues, determine a alternativa que apresenta a primordial função da introdução da língua portuguesa no ensino:

- A) Permitir que os alunos indígenas tenham acesso a conteúdos acadêmicos e a oportunidades sociais mais amplas.
- B) Substituir gradualmente a língua materna para facilitar a integração dos alunos à sociedade urbana.
- C) Ensinar exclusivamente o português a partir do ensino fundamental, pois é o idioma oficial do Brasil.
- D) Uniformizar a educação no país, garantindo que todos os estudantes aprendam da mesma forma.
- E) Evitar o uso da língua indígena na comunicação escrita, pois ela não possui regras gramaticais padronizadas.

QUESTÃO 38

Em uma escola indígena, o professor decidiu ensinar conceitos matemáticos utilizando elementos da cultura local. Para trabalhar noções de contagem, agrupamento e ordenação, ele levou seus alunos para um passeio na floresta e pediu que recolhessem sementes de diferentes árvores. De volta à sala de aula, os estudantes foram desafiados a organizar as sementes de diferentes formas: separando por tipo, quantidade, tamanho e cor. Depois, compararam os grupos e discutiram quais critérios utilizaram para organizá-los. Durante a atividade, os alunos perceberam que poderiam contar e agrupar de diferentes maneiras, compreendendo conceitos matemáticos por meio da vivência cultural.

Com base na estratégia utilizada pelo professor, qual é a principal vantagem de ensinar conceitos matemáticos por meio de elementos da cultura indígena:

- A) Evita o uso de números e símbolos matemáticos, pois os alunos aprendem apenas pela observação da natureza.
- B) Facilita a compreensão dos conceitos, pois os alunos relacionam a matemática ao seu cotidiano e saberes tradicionais.
- C) Substitui os métodos convencionais de ensino de matemática, eliminando a necessidade de cálculos formais.
- D) Impede que os alunos tenham contato com a matemática ocidental, preservando exclusivamente os modos indígenas de contar.
- E) Exige que os alunos memorizem regras matemáticas sem relacioná-las às suas experiências diárias.

QUESTÃO 39

Segundo a Resolução CNE/CEB nº 5/2012, a gestão das escolas indígenas deve:

- A) Ser realizada exclusivamente pelos órgãos governamentais, sem interferência da comunidade indígena.
- B) Permitir a participação ativa das comunidades indígenas na definição do projeto político-pedagógico e na gestão escolar.
- C) Seguir o mesmo modelo administrativo das escolas não indígenas, sem necessidade de adaptação às realidades locais.
- D) Ter diretores indicados pelo governo estadual, independentemente da cultura e tradições indígenas.
- E) Excluir a participação das lideranças tradicionais para evitar interferências culturais no ensino.

QUESTÃO 40

A formação dos professores indígenas para atuar nas escolas indígenas deve ser

- A) específica, considerando as realidades socioculturais dos povos indígenas e integrando conhecimentos tradicionais e acadêmicos.
- B) idêntica à formação dos professores das escolas urbanas, sem necessidade de adaptações.

- C) oferecida apenas por universidades federais, garantindo um currículo unificado.
- D) voltada exclusivamente para o ensino da língua portuguesa, pois é a língua oficial do país.
- E) informal, sem necessidade de cursos ou qualificações específicas, pois os professores indígenas ensinam apenas saberes tradicionais.

QUESTÃO 41

Considere que na comunidade indígena Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia, uma Escola Indígena Tupinambá busca fortalecer a cultura do povo, ensinando a história, os costumes e a língua tradicional. No entanto, o professor percebe que seus alunos enfrentam dificuldades para compreender documentos governamentais, acessar políticas públicas e até mesmo reivindicar seus direitos territoriais, pois a maior parte desses conteúdos está disponível apenas em português.

Durante uma aula, ele apresenta um documento oficial sobre a demarcação de terras indígenas e propõe que os estudantes analisem o texto e discutam como esse conhecimento pode ajudar na luta pelo reconhecimento de seu território, conforme mostra a ilustração a seguir.



Com base na situação descrita, identifique a função da introdução da língua portuguesa no ensino nas escolas indígenas bilíngues:

- A) Substituir a língua indígena pelo português para facilitar a integração dos indígenas na sociedade brasileira.
- B) Assegurar que os alunos possam acessar direitos, conhecimentos e oportunidades em contextos mais amplos, sem perder sua identidade cultural.
- C) Tornar o português a única língua utilizada na escola, minimizando o ensino da cultura indígena.
- D) Ensinar apenas regras gramaticais da língua portuguesa, sem considerar sua aplicabilidade na vida dos estudantes.
- E) Favorecer a articulação com órgãos como a FUNAI no enfrentamento dos conflitos fundiários.

Com base no que determina o Art. 2º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica analise as afirmações a seguir e marque **V** para o que for verdadeiro e **F**, para o que for falso.

Constituem objetivos das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica:

- () Orientar as escolas indígenas de educação básica e os sistemas de ensino, restrito ao âmbito dos Estados e dos Municípios na elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos.
- () Orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando tornar a Educação Escolar Indígena projeto orgânico, articulado e sequenciado de Educação Básica entre suas diferentes etapas e modalidades, sendo garantidas as especificidades dos processos educativos indígenas.
- () Assegurar que os princípios da especificidade, do bilinguismo e multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade fundamentem os projetos educativos das comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais.
- () Assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas indígenas leve em consideração as práticas socioculturais e econômicas das respectivas comunidades, bem como suas formas de produção de conhecimento, processos próprios de ensino e de aprendizagem e projetos societários.
- () Fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino apenas dos Municípios, fornecendo diretrizes para a organização da Educação Escolar Indígena na Educação Básica, no âmbito dos territórios Etnoeducacionais.

A alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo, é:

- | | |
|--------------|--------------|
| A) F V V V F | D) V V F V F |
| B) F F V V F | E) V V F V V |
| C) F V F V V | |

A Educação Escolar Indígena deve se constituir num espaço de construção de relações interétnicas orientadas para a manutenção da pluralidade cultural, pelo reconhecimento de diferentes concepções pedagógicas e pela afirmação dos povos indígenas como sujeitos de direitos. (Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012. Título II - Dos Princípios da Educação Escolar Indígena).

De acordo com os princípios da Educação Escolar Indígena, a alternativa que se encontra em consonância com o conceito de espaço de construção de relações interétnicas e de reconhecimento dos povos indígenas como sujeitos de direitos é

- A) A educação escolar indígena deve ser centrada nas práticas pedagógicas da sociedade majoritária, sem incorporar os saberes indígenas.
- B) A Educação Escolar Indígena deve afirmar a pluralidade cultural, respeitando e reconhecendo as diferentes concepções pedagógicas e os povos indígenas como cidadãos.
- C) A educação nas escolas indígenas deve ser voltada apenas para a formação técnica, sem considerar os aspectos culturais e históricos dos povos indígenas.
- D) A educação indígena deve ser oferecida apenas por professores não indígenas, garantindo uma padronização do ensino, sem interferências culturais.
- E) A Educação Escolar Indígena deve eliminar as tradições e saberes dos povos indígenas, buscando integração total com a cultura dominante.

A respeito dos direitos dos povos indígenas na atualidade, é correto afirmar que:

- A) Os povos indígenas têm direito exclusivo a suas terras, mas não a outras formas de participação política e social, que devem ser restritas ao governo central.
- B) A Constituição Brasileira de 1988 reconhece os direitos territoriais e culturais dos povos indígenas, garantindo-lhes a autonomia sobre suas terras, mas não assegura a participação nas decisões políticas nacionais.
- C) Os povos indígenas têm o direito à educação escolar específica, que deve respeitar suas línguas, culturas e modos de organização social, além de garantir a preservação de suas tradições.
- D) O direito à saúde dos povos indígenas é garantido apenas em áreas urbanas, não sendo aplicável nas terras indígenas, onde a assistência deve ser exercida pela própria comunidade indígena, centrada na figura do xamã.
- E) Os povos indígenas não têm direito à consulta sobre projetos que afetam seus territórios, pois essas decisões cabem ao governo e às empresas.

“Iracema, filha do cacique, como todas as moças da sua tribo, era bela e delicada como a flor do sertão. Seu olhar, mais claro que a água das fontes, tinha a suavidade das aves que voam nas pradarias do sertão. Seus cabelos eram longos e negros, como as noites sem lua, e sua pele, dourada pelo sol do meio-dia, refletia a luz que emana da natureza selvagem. Ela era o símbolo de tudo que é puro e intocado naquelas terras. O jovem branco, Martim, se encantou por sua beleza e por sua pureza, e a flor do sertão se tornou o símbolo da união entre duas culturas, a indígena e a portuguesa. No entanto, essa união estava destinada a ser marcada por conflitos e desafios, uma vez que ambas as culturas eram tão diferentes quanto o céu e a terra, embora possuísem algo de complementar entre si.”



(Trecho adaptado da obra de Iracema, José de Alencar, pioneiro do Indianismo na literatura)

No livro Iracema, de José de Alencar, a personagem-título simboliza a cultura indígena pura e intocada, mas seu encontro com o homem branco Martim representa um processo de transformação e perda cultural, semelhante ao que ocorreu historicamente com a chegada dos colonizadores.

O Decreto nº 6.861/2008 organiza a educação escolar indígena em territórios etnoeducacionais, assegurando que os povos indígenas tenham um ensino que respeite sua cultura, suas línguas e seus saberes tradicionais. O objetivo dessa política é evitar a imposição de modelos educacionais que não correspondam à realidade indígena, garantindo a autonomia e a continuidade dos conhecimentos ancestrais.

Com base no trecho apresentado, adaptado da obra de José de Alencar, e nos princípios da educação escolar indígena estabelecidos pelo Decreto nº 6.861/2008, é correto afirmar que:

- A) Na ficção, o contato entre Iracema e Martim simboliza a necessidade de adaptar os povos indígenas à cultura europeia, uma ideia compatível com a proposta dos territórios etnoeducacionais.
- B) O trecho sugere que a cultura indígena deveria ser assimilada pela cultura branca, ideia que se contrapõe ao princípio do Decreto citado, ao garantir um ensino indígena específico e diferenciado.
- C) A história de Iracema representa uma fusão harmoniosa entre culturas, o que está de acordo com o modelo educacional defendido pelo Decreto, que promove um ensino bilíngue e multicultural.
- D) A perda da identidade indígena simbolizada no trecho pela união entre duas culturas, a indígena e a portuguesa, reforça a importância da educação escolar indígena como um meio de preservar os saberes tradicionais e evitar a imposição cultural.
- E) A idealização da cultura indígena na obra Iracema demonstra que os povos originários não precisam de um modelo educacional próprio, mas sim da absorção da cultura eurocêntrica.

* * * * *